

DICIONÁRIO MULTILÍNGÜE DE REGÊNCIA VERBAL: UMA PROPOSTA

Claudia Zavaglia
UNESP –São José do Rio Preto
zavaglia@ibilce.unesp.br

Rosa Maria da Silva
UNESP –São José do Rio Preto
rmsilva@ibilce.unesp.br

Resumo: Este trabalho expõe a proposta de elaboração parcial de uma obra de referência multilíngüe especial e inédita: um dicionário de regência verbal, cujos verbos do corpus apresentem complementos preposicionados, na direção português-alemão / espanhol / francês / inglês / italiano / japonês. Considerando-se um levantamento dos verbos transitivos indiretos ou transitivos diretos e indiretos mais usuais da língua portuguesa do Brasil, constituir-se-á o conjunto de entradas e o arcabouço microestrutural básico a receber, em etapa posterior, os respectivos verbos equivalentes nos seis idiomas indicados. Com essa pesquisa, acreditamos contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento da lexicografia especial no país, atendendo a uma necessidade específica e central de diversos tipos de consulentes, sobretudo na produção textual em língua estrangeira.

Palavras-chave: regência verbal, dicionário multilíngüe.

Abstract: The aim of this project is the partial production of an unprecedented specific multilingual work of reference: a dictionary of verbal regency, in which the verbs of the corpus are accompanied by their respective prepositional complements, in the direction Portuguese – German / Spanish / French / English / Italian / Japanese. The body of entries and basic microstructural framework will be based on a survey of the most common indirect transitive or direct and indirect intransitive verbs in Portuguese, and, in a subsequent stage, will receive the respective equivalent verbs in

the six languages indicated. With this research, we believe that we shall be making an effective contribution to Brazilian specific lexicography, and meeting a specific need that is common to various categories of consultants, above all in foreign-language text production.

Keywords: verbal regency, multilingual dictionary.

1. Introdução

Podemos dizer que o conhecimento do universo está registrado no que se convencionou chamar léxico de uma língua natural. A geração do léxico se processa pelo ato cognitivo de categorização da experiência, cristalizada como “palavras” – signos lingüísticos.

Há uma área de estudos, antiga e tradicional, que oferece muitos benefícios à humanidade, no que diz respeito à comunicação tanto oral quanto escrita. É a chamada Lexicografia. Os lexicógrafos, para melhor delimitar seu objeto de estudo, elaboraram um tipo de obras de referência, que são os dicionários. A utilização de fundamentos teóricos e de critérios científicos é, contudo, ainda muito recente na produção lexicográfica.

O dicionário é um livro apenas de consulta; por esse motivo os usuários deveriam encontrar rápida e facilmente entre seus “parágrafos” a informação de que necessitam em determinada circunstância. A disposição das palavras em um dicionário geralmente é feita em ordem alfabética, como entradas lexicais ou lemas.

O conjunto dessas entradas ordenadas, comumente denominado nomenclatura e disposto de forma vertical, recebe o nome de macroestrutura. Para se determinar o que vai fazer parte dela é fundamental alicerçar-se em critérios pré-estabelecidos a sua elaboração. A outra estrutura que compõe o dicionário se denomina microestrutura, e está organizada de forma horizontal, após os lemas. Ela tem como paradigmas básicos a definição da unidade lexical que constitui a entrada e a ilustração contextual.

Os falantes de uma língua recorrem ao dicionário geralmente quando precisam buscar alguma palavra, ou algo sobre ela, in-

formações sobre a língua e até mesmo sobre o mundo. Nesse processo de busca, os usuários aprendem ou verificam o que não sabiam ou que, naquele momento específico, haviam esquecido. Como instrumento que fornece conhecimento do mundo em geral, além de definições, o dicionário se converte em um livro de auto-aprendizagem e tem, assim, características de um livro didático. Por um lado, ele oferece uma gama de explicações sobre o léxico por meio de uma lista de palavras em ordem alfabética, e, por outro, constitui-se em uma ferramenta pedagógica que instrui seus usuários.

O dicionário busca registrar e definir os signos lexicais que se referem a conceitos elaborados e cristalizados na cultura da língua em questão. Converte-se em um instrumento de grande importância nas sociedades contemporâneas, chega a representar uma autoridade nas questões de língua e confere prestígio àqueles que o possuem, podendo até mesmo ser considerado uma obra cultural. O que o torna, porém, diferente de outras obras do mesmo padrão é o fato de ele ser, na maioria das vezes, produzido em larga escala.

Não é difícil notar, tanto nas prateleiras de uma livraria quanto nas de uma biblioteca, que existem diversos tipos de dicionários. Eles podem sofrer variações quanto ao formato ou quanto ao conteúdo: há os chamados *dicionários de bolso*, que trazem um número de palavras bem reduzido se comparados àqueles produzidos em, até, vários volumes; há os *dicionários enciclopédicos*, os *gerais*, os *especiais* e os *especializados*, entre outros tipos. Além disso, podem ser divididos em duas categorias: os *dicionários intralingüísticos*, que são os monolíngües, e os *interlingüísticos*, que são os bilíngües e os multilíngües.

Há ainda uma outra distinção entre eles: os *quantitativos*, dirigidos a um vasto número de pessoas que necessita de informações gerais, e os *qualitativos*, destinados àquelas que buscam informações particulares e pormenorizadas sobre a língua.

Muitos estudos realizados pela Lexicografia revelam que os dicionários, tanto os monolíngües quanto os bilíngües, carecem de

fundamentos lexicológicos, sobretudo no que diz respeito a uma noção clara de unidade lexical, conforme afirma Haensch (1996).

Para que o consulente possa compreender o conteúdo de um dicionário é necessário que ele faça uso de certas habilidades ou experiências adquiridas, como, por exemplo, o seu conhecimento de mundo, tanto cultural quanto científico, bem como os seus conhecimentos lingüísticos e metalingüísticos. Ademais, seria recomendável saber lidar com algumas convenções lexicográficas. Entretanto, o dicionário é freqüentemente utilizado, mesmo que não seja da maneira como os lexicógrafos desejariam, por milhares de pessoas.

Sabemos que, apesar de todo esforço que faça um lexicógrafo, ou uma equipe deles, seria praticamente impossível expor num dicionário todo o léxico de uma língua, ou fornecer respostas a todas as questões existentes ou que possam surgir no âmbito lingüístico. O dicionário não é mais que uma obra “representativa” da língua ou de uma parte dela. Ressalte-se, ainda, que a língua está em constante transformação, principalmente em virtude das grandes mudanças socioculturais e tecnológicas.

No caso dos dicionários bilíngües, a informação gramatical que acompanha cada unidade lingüística costuma ser, normalmente, ainda menos detalhada do que a dos dicionários monolíngües, talvez porque, ao recorrer aos primeiros, o interesse do público-alvo se reduza apenas à busca de equivalentes semânticos. Assim, a maioria desse tipo de dicionário oferece somente algumas informações a respeito das unidades ‘descritas’, como a categoria gramatical à qual pertence e suas formas flexionadas, não se estendendo à indicação das preposições adequadas.

Esse dado se confirma, por exemplo, na pesquisa de Lemmens (1996), que relata as dificuldades de se descreverem as informações gramaticais contidas nos dicionários, sobretudo quanto ao uso das preposições. Muitas vezes a informação consta no dicionário de forma mais implícita que explícita, inserida por meio de exemplos; entretanto, somente a metade dos consulentes percebe sua presença e, quando essa metade sabe que há informações gramati-

cais no dicionário, não consegue distinguir de que tipo são elas. A gramática do verbo, por exemplo, passa despercebida por um grande número de usuários, e os aprendizes iniciantes são os que menos sabem extrair essas informações sobre a palavra.

Ainda com base nos dados dessa mesma pesquisa, tem-se que a grande maioria dos alunos (75%) considera a categoria “combinação com outras palavras” um aspecto muito importante a ser incluído nos dicionários.

Segundo essa análise, o percentual de alunos que procuram informações gramaticais no dicionário, ao menos uma vez por semana, varia de 80 a 100%; mesmo assim, esses alunos criticam suas fontes de consulta por reportarem pouca informação sobre quais preposições se devem usar ou não, e reivindicam mais indicações explícitas sobre o assunto.

De acordo com Schmitz (1998), a maioria dos aprendizes de língua estrangeira considera o dicionário uma das principais fontes de definição de palavras; contudo, um número muito restrito deles carrega consigo uma gramática da língua que estuda.

Nos dicionários de língua geral, há uma imprecisão no tratamento das preposições. Talvez por almejar que o dicionário seja facilmente compreendido, o lexicógrafo atente mais para o enfoque semântico-pragmático das entradas, omitindo o papel da preposição, seja quanto ao regime verbal, seja quanto ao nominal.

Nesse sentido, seria de extrema importância e utilidade a existência de dicionários específicos que abordassem o tema da regência verbal, contemplando especialmente os verbos que exigem os complementos indiretos ou podem funcionar em companhia deles, já que os dicionários de língua geral desatendem, na maioria das vezes, esse tipo de informação em seus verbetes. E parece ser crescente o interesse do público usuário por esse tipo de obra de referência, máxime se bilíngüe ou multilíngüe, ainda escasso no mercado brasileiro.

Em outra pesquisa, desta vez conduzida por Béjoint (2000), comprovou-se que o dicionário bilíngüe é um instrumento bastante em-

pregado como auxiliar na produção de textos escritos, independentemente do grau de conhecimento da língua estrangeira do usuário. Para realizar essa tarefa, 59% dos participantes da pesquisa utilizaram o dicionário. Neste caso, também se observou, tal como na outra pesquisa antes mencionada, que, quando os dicionários registram índices gramaticais, estes não são identificados nem mesmo pela metade dos usuários, talvez pelo fato de a maioria deles ignorar que essa fonte de consulta traz alguma referência à gramática.

Durante o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, constata-se que os estudantes preferem o dicionário bilíngüe ao monolíngüe, muitas vezes pela falta de clareza deste último, ao qual geralmente se recorre com a finalidade de se verificar usos sintáticos e/ou contextuais.

De qualquer modo, localizar e interpretar aquilo que se busca em alguns dicionários, pode significar, com frequência, perda de certo tempo. Por esse motivo, talvez, os dicionários continuam sendo considerados como um instrumento a ser utilizado somente em caso de emergência. Dessa forma, a produção de dicionários mais fáceis e práticos de serem consultados, que poupassem o tempo do consulente, poderia contribuir para desfazer tal idéia.

Acreditamos que a elaboração de dicionários bilíngües ou multilíngües especiais seja extremamente pertinente para descrever problemas específicos da língua. Dentre uma grande gama de dificuldades lingüísticas, optamos por abordar a questão dos verbos que regem preposições, uma vez que o uso incorreto de uma preposição pode acarretar sensíveis prejuízos na compreensão dos enunciados. Nosso primeiro objetivo consiste em inventariar verbos usuais ou freqüentes do português do Brasil, previamente classificados do ponto de vista sintático-semântico, cujos complementos sejam preposicionados. Em seguida, aos verbos selecionados atribuiremos equivalentes em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e japonês. Os pesquisadores responsáveis por essas equivalências são, respectivamente, João Moraes P. Júnior (UNESP–Araraquara), Rosa M. Silva, Claudia Xatara, Peter Harris, Clau-

dia Zavaglia (UNESP–São José do Rio Preto) e Eliza Tashito (UNESP–Assis).

2. Investigação teórica

2.1. O estado da arte

Quando se precisa saber qual é a regência de um determinado verbo na língua estrangeira, tal resposta, se contida no dicionário, encontra-se geralmente nos exemplos ou abonações, e localizá-la entre outras informações consome bom tempo do consulente. Isso pode representar um entrave maior para os aprendizes iniciantes de uma língua estrangeira, cujo domínio do idioma nem sempre é suficiente e adequado para a compreensão dos exemplos. Muitas vezes, os aprendizes sequer se dão ao trabalho de fazer a busca completa no verbete e, por comodidade, acabam escrevendo erroneamente a estrutura. Poderão mesmo pensar na construção tal como ela se apresenta em sua língua materna e, ao reproduzi-la na língua estrangeira, terão um alto índice de erro.

Na verdade, escolher entre a presença ou não de uma preposição, ou a preposição adequada quando de fato necessária, implica saber aplicar corretamente as relações sintático-semântico do verbo na produção textual, pois a inadequação pode alterar consideravelmente o sentido deste elemento decisivo na construção de um enunciado.

Precedidas geralmente de uma classificação gramatical, as traduções que figuram nos dicionários bilíngües tradicionais são geralmente limitadas e não contextualizadas. Talvez isso se deva ao fato de os dicionários bilíngües (DBs) serem limitados quanto à sua nomenclatura, ou por possuírem um número de entradas determinado por exigências do editor, ou, ainda, por se pretender que a consulta solucione rapidamente problemas tradutórios, com o fornecimento de informações básicas relativas à semântica e à classi-

ficação gramatical do item procurado. Tais dicionários, salvo raras exceções, não trazem exemplos contextualizados, nem na língua nacional, nem na língua estrangeira, restringindo-se a traduzir construções cristalizadas de uma língua para a outra, bem como algumas poucas expressões idiomáticas (ZAVAGLIA, A. & ZAVAGLIA, C., 2000).

A proposta concreta de elaboração de um dicionário multilíngüe de regência verbal, que priorize as construções preposicionais, tem como ponto de partida a experiência de seus proponentes no trabalho com língua estrangeira, como professores e/ou tradutores, e as dificuldades encontradas ao operar com os dicionários bilíngües que se encontram à sua disposição: muitas vezes a tradução encontrada no DB corresponde somente a um recorte semântico da palavra-entrada, cujo uso não se concretiza.

Nesse sentido, um estudo das preposições exigidas pelos verbos pode ser muito útil para estudantes e professores de alemão, por exemplo, uma vez que essa língua apresenta declinações de casos. Com efeito, os verbos se classificam em verbos transitivos diretos, que têm um objeto no acusativo, verbos transitivos indiretos, que têm um objeto no dativo e os verbos intransitivos. Neste projeto, trabalharemos apenas com verbos cujos objetos são preposicionados. Dessa forma, é importante ressaltar que alguns verbos pedem um complemento precedido de uma determinada preposição e essa preposição rege um determinado caso, a saber: (1) **bleiben + bei + dativo** – “Eu fico **com** minha opinião” / *Ich bleibe bei meiner Meinung*; (2) **sich interessieren + für + acusativo** – “Eu me interesso **por** um projeto” / *Ich interessiere mich für ein Projekt*; (3) **protestieren + gegen + acusativo** – “As pessoas protestam **contra** o regime” / *Die Leute protestieren gegen die Regierung*; (4) **suchen + nach + dativo** – “Ele procura **por** todos os documentos” / *Er sucht nach allen Dokumenten*; (5) **sich kümmern + um + acusativo** – “Quem cuida **das** crianças?” / *Wer kümmert sich um die Kinder*; (6) **träumen + von + dativo** – “Ela sonha **com** uma mansão na praia” / *Sie träumt von einer Villa*

am Meer; (7) **glauben + an + acusativo** – “Eles não acreditam **em** Deus” / *Sie glauben nicht an Gott*; (8) **arbeiten + an + acusativo** – “Eu estou trabalhando **na** minha dissertação” / *Ich arbeite an meiner Dissertation*; (9) **sich verlieben + in + acusativo** – “Eu me apaixonei **por** minha colega” / *Ich habe mich in meiner Kollegin verliebt*; (10) **fragen + nach + dativo** – “Ela perguntou **por** você” / *Sie hat mich nach dir gefragt*. Além disso, podemos encontrar verbos que são usados com duas ou três preposições diferentes. Essa variação preposicional pode ocasionar uma alteração no significado do verbo, por exemplo: (1) “Alegro-me (antecipadamente) **com** sua próxima visita” / *Ich freue mich auf deinen nächsten Besuch* e (2) “Fico contente **com** seu sucesso” / *Ich freue mich über deinen Erfolg*.

Em francês, enquanto o verbo *jouer* intransitivo ou com a preposição **avec** significa “brincar”, com a preposição **à** equivale a “jogar” (em atividade esportiva) e com a preposição **de** corresponde a “tocar” (um instrumento musical); ou então, caso se “sonhe” com alguém, o verbo *rêver* será acompanhado pela preposição **de**, mas se for com alguma coisa, ele virá com **à**; ou, ainda, *crier après* alguém parece significar “gritar atrás de alguém” mas, na verdade, equivale a “reprender”.

No caso do espanhol, idioma cuja semelhança com o português é, não raro, enganosa, o correto emprego das preposições também constitui um dos problemas mais complexos e espinhosos. O verbo *andar*, por exemplo, pode ser usado como intransitivo (“mover-se, caminhar”) ou como transitivo direto (“percorrer uma distância”); mas, acompanhado da preposição **con**, significa (1) “sair em companhia de”, “relacionar-se com”, (2) “agir de certo modo”; *andar de* corresponde a “dedicar-se ocasionalmente a”; *andar en* quer dizer “estar implicado, envolvido em”; *andar tras* significa “perseguir; procurar”. De modo análogo, *dar* é diferente de *dar por* (“considerar, ter em conta”), *dar en* (“acertar”) e *dar con* (“encontrar”). Um simples exercício de contraste, entre os dois idiomas, de determinados contextos em que aparece o próprio verbo

dar indica que este requer, em cada um deles, uma preposição diferente. Comparem-se os exemplos: “Deu uma passadinha **na** saia” / *Dio un planchazo a la falda* (“passar a ferro ligeira ou rapidamente”); “Sua janela dá **para** o jardim” / *Su ventana da al jardín* (“abrir-se para, ter vista para”); “Agora ela deu **para** fazer ginástica” / *Ahora le ha dado por hacer gimnasia* (“adquirir o hábito”); “Deram-no **como (por)** morto” / *Le dieron por muerto* (“considerar, declarar”); “Davam **no** menino até ele sangrar” / *Le daban al niño hasta hacerle sangrar* (“bater, surrar”); “Essa rua dá em uma praça” / *Esa calle da a una plaza* (“desembocar”); “O pessoal deu para dizer que o filme é ruim” / *La gente ha dado en decir que es mala la película* (“obstinar-se, insistir”).

No caso do inglês, os verbos conhecidos como *phrasal verbs* representam um campo minado para o aprendiz do idioma como língua estrangeira e para tradutores da língua, tanto que o mercado editorial conta com uma quantia razoável de dicionários monolíngues cujo conteúdo se restringe a definições somente deste tipo de verbo. O *phrasal verb* é uma combinação idiomática de um verbo e um advérbio, ou um verbo e preposição (ou verbo com advérbio e preposição). Muitas vezes a combinação não apresenta dificuldades em termos de compreensão. Por exemplo, podemos dizer: “A menina andou **ao** longo da rua” / *The girl walked along the road* (verbo + preposição), ou: “Ele abriu a porta e olhou **para** dentro” / *He opened the door and looked inside* (verbo + advérbio), sem criar dificuldades para o falante de inglês como língua estrangeira. Mas, às vezes, o acréscimo da preposição ou do advérbio cria uma acepção completamente diferente e, *a priori*, impenetrável, para o aprendiz ou tradutor. Assim, podemos dizer: “Levante sua mão direita e repita estas palavras” / *Hold up your right hand and repeat these words*, cujo sentido é transparente. Mas, por outro lado, a mesma combinação pode ser utilizada da seguinte maneira: “Os criminosos pararam o ônibus à força e roubaram o dinheiro de todos os passageiros” / *The criminals held up the coach and stole all the passengers’ money*, que representa um desafio tanto para o

aprendiz quanto para o tradutor. De fato, os verbos mais comuns na língua inglesa, como *make*, *do*, *come*, *go*, *get* e *be* têm dúzias de acepções como resultado do acréscimo de advérbios e preposições.

Em italiano, deve-se atentar para o uso correto de suas preposições, principalmente em se tratando da tradução para o português, uma vez que a “falsa transparência” que as duas línguas possuem muitas vezes acarreta inadequações e até mesmo erros graves, tanto no ato tradutório quanto no seu uso falado ou escrito. O verbo *fare*, por exemplo, possui uma gama de usos e aplicações, além de ser empregado tanto como transitivo direto como indireto, dependendo do contexto no qual se insere. Observe-se: *fare un lavoro* é “fazer um trabalho”, portanto transitivo direto com sentido de “realizar, executar”, mas *fare* acompanhado das preposições **a** e **per**, portanto usado indiretamente, pode significar: (1) “convir, servir”: *Questa casa non fa per noi* / “Esta casa não serve para nós”; *Fare al caso* / “Vir a propósito, calhar”; (2) “funcionar, servir”: *Questo legno farà da perno* / “Esta madeira servirá de pino”. Convém considerar o uso das preposições nesses exemplos: ao passo que em (1) ela pode ser a mesma, ou seja, *para* (**per**) e *a* (**a**), em (2) ela será totalmente diferente: **da**, em italiano, e **de**, em português. Em consonância, tem-se ainda o verbo “sonhar” que geralmente acarreta inadequações ao aprendiz ou professor de italiano nativo brasileiro: enquanto em português o verbo “sonhar” com o sentido de “ver em sonhos, pensar com insistência, ter a idéia fixa” é necessariamente empregado indiretamente com as preposições *com* e *em*, como nas frases: “Sonhar com um parente” e “Ele sonhava em viajar”, respectivamente, na língua italiana o verbo *sognare* com essas mesmas acepções é usado, de modo obrigatório, na forma direta: *Sognare un parente* e *Lui sognava viaggiare*. A inadequação observada com frequência na tradução e no emprego do verbo *sognare* por brasileiros concerne à introdução inadequada e errônea das preposições **con** e **in** em frases como as acima transcritas, que seriam, incorretamente, assim reproduzidas: *Sognare con un parente* e *Lui sognava in viaggiare*, uma vez que parece

estranho a esses usuários que na língua italiana o verbo “sonhar” funcione como transitivo direto nessas acepções.

Em japonês, os morfemas correspondentes às preposições das línguas européias são comumente chamados de partículas e se encontram pospostos aos nomes. Essa língua realiza o complemento de um verbo transitivo direto por meio da partícula *wo*, que pode vir posposta a um nome para indicar um complemento locativo quando o verbo for do tipo semântico que expressa movimento ou trânsito. Por exemplo, em *Kodomoga ninjinwo taberu*, isto é, “A criança come a cenoura” e *Kodomoga rôkawo hashiru*, ou seja, “A criança corre pelo corredor”, tem-se:

kodomo- <i>ga</i> criança- <i>partícula sujeito</i>	ninjin- <i>wo</i> cenoura- <i>partícula OD</i>	taberu Come
kodomo- <i>ga</i> criança- <i>partícula sujeito</i>	rôka- <i>wo</i> corredor- <i>partícula locativo</i>	hashiru Corre

Um outro problema para um estudante brasileiro do idioma japonês parece residir nos verbos cujo radical é representado por um mesmo ideograma e que podem ser intransitivos ou transitivos diretos, como, por exemplo, *aku* 開く e *akeru* 開ける, é, respectivamente.

Como parece ter ficado claro, o uso inadequado de uma preposição pode levar a erros graves e a transtornos lingüísticos que poderiam ser evitados se o usuário pudesse contar com obras de referência específicas e de fácil acesso sobre o assunto. Consideramos, portanto, que a inexistência de um dicionário dessa natureza, referente a quaisquer pares de línguas mencionados, revela mais um paradoxo lexicográfico, pois a necessidade do usuário e a grande utilidade desse tipo de material, do ponto de vista didático ou pragmático, não têm constituído motivação suficiente para sua elaboração. De fato, quase não se encontra obra de referência específica que coteje a regência verbal da língua portuguesa com outros idiomas e, talvez, em parte, essa lacuna se explique por se

tratar de uma questão complexa e polêmica.

Em alemão, os trabalhos relativos à regência verbal mostram que não há regras para se saber qual verbo será utilizado com uma determinada preposição, tampouco qual é o caso em que o objeto será colocado. Por esse motivo, entre outros, é que se devem exercitar juntos os verbos, as preposições e o caso. Espera-se, portanto, que esse trabalho venha cumprir o seu papel, ou seja, o de fornecer material organizado sobre regência verbal da língua alemã.

O consulente de fontes em língua francesa, por sua vez, pode valer-se apenas de dicionários monolíngües para verificar qual preposição determinado verbo exige em determinada acepção. A situação, em espanhol, não difere muito das anteriores, pois são escassas as obras de referência que abordam explicitamente o tema da regência verbal. Poder-se-ia dizer que ele aparece, ao lado de outros, quase sempre nas obras dedicadas à gramática do verbo e sua conjugação. Em geral, o regime dos verbos é tratado de modo simplificado, e às vezes implícito, nos dicionários gerais da língua, tanto monolíngües quanto bilíngües, por meio de indicação da transitividade ou intransitividade do verbo, ou de exemplos, de onde o leitor pode deduzir o uso das preposições, segundo o contexto em que aparecem. Os poucos dicionários especiais sobre construções preposicionais, bem como trabalhos monográficos sobre o assunto, incluem também palavras pertencentes a outras categorias (substantivos, adjetivos e advérbios).

Para o inglês, uma vez que o *phrasal verb* é uma categoria tão significativa no léxico da língua, e também em função da necessidade global para domínio deste idioma, as editoras principais têm lançado dicionários monolíngües e bilíngües de *phrasal verbs*, que costumam registrar tanto a regência verbal quanto as acepções produzidas pelo acréscimo de advérbios e preposições aos verbos da língua.

No que diz respeito ao italiano, o tema é ainda pouco explorado em dicionários mono, bi ou plurilíngües. Recentemente foi publicada uma primeira proposta monolíngüe sobre o argumento que aborda o uso dos verbos italianos, em formato dicionarizado, idealizado

para estudantes de língua estrangeira (BEDOGNI & ARDOLINO, 2004). Em contrapartida, encontramos algumas referências de obras bilíngües regenciais ou valenciais, em húngaro e alemão, que trabalham contrastivamente com o italiano, mas não detectamos nenhum similar para a língua portuguesa do Brasil.

No caso do japonês, apesar das inúmeras pesquisas realizadas com verbos, inexistem obras lexicográficas bilíngües de regência verbal, desatendendo, assim, a uma das necessidades do estudante brasileiro de língua japonesa: uma fonte de consulta que informe os possíveis complementos para cada verbo com as respectivas partículas.

1.2. A voz dos teóricos

É inquestionável que muitas dificuldades que um falante de uma língua possui a respeito do uso adequado dos verbos centram-se, quase sempre, em dúvidas relativas à regência.

A gramática tradicional subcategoriza os verbos segundo sua recusa ou exigência de complementos (os “intransitivos” recusam qualquer espécie de objeto; os “transitivos” [diretos ou indiretos] exigem um objeto [direto ou indireto] e os “de ligação” requerem um predicativo do sujeito).

Perini e Fulgêncio (1987) discutem a possibilidade de construir outro modelo de classificação dos verbos quanto aos complementos com os quais co-ocorrem, sejam eles obrigatórios ou opcionais, pois acreditam que é justamente na inflexibilidade das noções de “exigência” e “recusa” onde repousa a insuficiência da posição tradicionalista. De fato, verbos que admitem apenas opcionalmente um objeto não poderiam ser enquadrados nesse esquema de classificação, por ora terem sentido completo, ora não, como por exemplo o verbo *comer* nas frases: “Pedro comeu a banana” (“comer” é transitivo) e “Pedro já comeu” (“comer” é intransitivo). Nesses casos, propõe-se que o verbo *comer* seja considerado como “usado transitivamente” na primeira frase e “usado intransitivamente” na se-

gunda. Com isso, a transitividade ou intransitividade de um verbo estaria intimamente ligada aos contextos em que o verbo pode ocorrer. Nesse sentido,

(...) não obstante o grande número de restrições, a hipótese da co-ocorrência livre de verbos e complementos, em forma modificada, ainda é útil para ajudar a descrever o comportamento sintático dos verbos. E veremos também que as noções tradicionais de “exigência” e “recusa” igualmente merecem ser conservadas, dentro de um novo contexto. O novo contexto a que nos referimos é o que leva em conta a dimensão *marcado/não-marcado*. Essa oposição, para dar uma idéia muito grosseira, procura capturar o fato de que certas coisas são mais “normais” na língua do que outras; desse modo, vimos que o “normal” (isto é, o não-marcado) em português é os verbos exigirem sujeito; já o caso marcado é o dos verbos como *chover*, que admitem opcionalmente um sujeito. (PERINI & FULGÊNCIO, 1987, p. 73-74)

Quanto à presença de um objeto indireto, Fernandes (1991), classifica verbos acompanhados de um complemento preposicionado, seja circunstancial ou essencial à ação verbal, como “verbos relativos”, e verbos construídos com dois complementos indiretos, como “verbos birrelativos”.

O *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*, coordenado por Borba (1991), seguiu criteriosos procedimentos metodológicos e utilizou sempre dados documentais, para descrever exaustivamente cerca de 6 mil verbos. Esse número é resultante de uma pesquisa de frequência, realizada na base textual informatizada do Laboratório de Lexicografia (LL) da UNESP, *campus* de Araraquara, base esta que compreende documentos dos cinco principais gêneros textuais do português contemporâneo do Brasil (literatura romanesca, jornalística, técnica, dramática e oratória), com cerca de 200 milhões de ocorrências de palavras (BERBER SARDINHA, 2004).

Essa obra considera a valência de um verbo, segundo a teoria de Tesnière, para afirmar que a construção com um objeto preposicionado é obrigatória (“Simpatizei muito com a nova secretária”) ou facultativa (“Paulo cumpriu [com] suas obrigações”).

A Vilela (1995) também não basta a classificação dos verbos de acordo apenas com sua transitividade. Lembra-nos que o sentido de verbos transitivos não se completa somente por meio de objetos, diretos ou indiretos, mas obviamente também pelos próprios sujeitos que, na verdade, acabam determinando a construção dos enunciados. Os objetos, por sua vez, têm a função de explicitar os traços estruturais já previstos (“A cortina azul destoou do ambiente”).

Outra observação muito importante de Vilela (*op.cit.*) diz respeito à própria distinção entre um objeto preposicionado obrigatório e um objeto preposicionado circunstancial. Segundo ele, deve-se observar se a preposição é vazia de conteúdo ou portadora de significado. No primeiro caso, a preposição estará introduzindo um complemento nuclear (“Ela não resiste aos doces de coco”) e, no segundo, um complemento periférico, geralmente um adjunto adverbial de tempo, de meio ou de modo (“Rezarei por você”).

Nesse sentido, novamente se evidencia a concordância com Borba (1991) pois, para este, a noção de “verbos transitivos indiretos” também compreende os verbos que exigem a preposição quando esta introduz elementos necessários à valência verbal, isto é, à complementação semântica do verbo.

A classificação dos verbos de Luft (1996), por sua vez, baseia-se na noção de padrões oracionais e, observando as estruturas verbo-nominais, ele denomina “transitivos indiretos” os verbos que apresentam complementos introduzidos por preposição e pontua o significado de *regência* segundo a sua origem de *reger*, “governar, comandar, dirigir”. Para ele, o termo *regência* equivale ao termo *subordinação*, uma vez que, em um enunciado (“Ele come demais”, por exemplo), o verbo subordina o seu complemento (no caso, o verbo *come* subordina o advérbio *demais* e, por isso, é a palavra regente ou subordinante, e *demais*, a palavra regida ou subordinada). Luft trata ainda de dois tipos de regência:

(...) em um sentido restrito, e mais habitual, regência é a subordinação especial de complementos às palavras que os prevêem na sua significação (...) Regência em sentido restrito é a necessidade ou desnecessidade de complementação implicada pela significação de nomes (sub, adj, adv) e verbos. (...) Na acepção ampla de regência, o verbo (não sendo de ligação: ser, estar e semelhantes) rege todos os termos da oração; na acepção restrita, rege os complementos (LUFT, 1996, p. 5-6).

Regência verbal, portanto, é a necessidade imprescindível de elementos nominais de um verbo para que se complemente sua estrutura significativa. Ressalte-se, pois, a importância de se considerar aquilo que o verbo prevê na sua significação ou o que se encontra implícito em seus traços semânticos, ao estudarmos a regência de um verbo. Com efeito, é a semântica do verbo que determina a presença ou a ausência de complementos, assim como as próprias mudanças e variações de regência. Além disso, são também esses componentes semânticos que selecionam esta ou aquela preposição, cujos traços se combinam e se relacionam com os traços dos verbos que os regem (LUFT, *op. cit.*).

Concentra-se na citação abaixo outra observação relevante feita pelo autor:

Caso interessante de regência preposicional é o de verbos portadores de prefixos: um condicionamento morfossemântico entre prefixos e preposições. O prefixo da palavra regente volta sob forma de preposição: acorrer a, conviver com, derivar de, embarcar em, peregrinar por, incluir em, interpor entre, perpassar por. Casos de alomorfia, isto é, variação de formas: in...em, inter...entre, per...por. (LUFT, 1996, p.15)

De acordo com Said Ali (1998), há verbos que precisam de um objeto indireto, termo preposicionado, além do objeto direto obrigatório, para terem sentido completo (como *dar, entregar, pedir*). São

chamados “transitivos”, assim como os verbos que se completam apenas com um substantivo sem preposição (como *fazer*, *querer*), ou com o uso ocasional da preposição *a* (como *amar*, *encantar*). Quanto aos verbos que exigem exclusivamente o objeto indireto para se completarem semanticamente, o autor os denomina “intransitivos relativos”. Nesse caso, pode-se tratar de objetos indiretos necessários ou apenas acessórios, circunstanciais, quando estes se confundem com as diversas circunstâncias expressas por advérbios.

Para a elaboração do *Dicionário Houaiss de verbos da língua portuguesa*, Rodrigues (2003), por sua vez, analisou obras consagradas de gramáticos e de dicionaristas e, além de notar discrepâncias relativas aos propósitos de cada obra, verificou nas abonações apresentadas inúmeras divergências, tanto no que se refere à descrição gramatical da sintaxe de regência verbal quanto no uso das preposições introdutoras de complementos indiretos. Ela atesta que, muitas vezes, um complemento verbal preposicionado é considerado ora essencial, ora circunstancial, porque a própria concepção de objeto indireto difere: a descrição tradicional não utiliza limites precisos para distinguir complemento verbal, adjunto adverbial ou predicativo. De fato, podemos constatar que há diferenças de classificação entre os estudiosos: complementos do verbo *morrer em* (“chegar ao fim de uma trajetória, de um percurso”), por exemplo, são classificados como circunstanciais pelo “Aurélio” e como essenciais pelo “Houaiss”.

Por esse motivo, Rodrigues preferiu denominar os verbos com complementos indiretos obrigatórios simplesmente de “verbos preposicionados” e explicita que as preposições que anunciam a possível presença de um objeto indireto são, sobretudo, **a**, **para** e **de**, mas ainda pode-se encontrar **em**, **com** e **contra**.

Após essas considerações, convém ressaltar que, como esta pesquisa não tem o propósito de apresentar discussões teóricas aprofundadas sobre a questão da regência verbal, a fundamentação exposta não é de natureza propriamente analítica ou investigativa, mas apenas descritiva.

2. Desenvolvimento

Consideramos “verbo transitivo indireto” *todo verbo cujo sentido só se completa por meio de objeto indireto*. Por outro lado, entendemos “objeto indireto” como *elementos preposicionados que preenchem traços semânticos intrínsecos e essenciais ao verbo*.

Na verdade, podemos encontrar muitos entraves na determinação da transitividade verbal, devido à flexibilidade – ora sintática, ora semântica – que os verbos podem apresentar. Assim, a esta proposta de dicionário, que pretende contemplar os verbos mais usuais cujos complementos sejam preposicionados, não interessam verbos que, embora preencham esse requisito, apresentem uma baixa frequência.

Levando em conta que se pode considerar freqüente uma palavra com, no mínimo, mil ocorrências no universo de 120 milhões de palavras, segundo dados apontados por Berber Sardinha (2004, p. 169), esta pesquisa, por se propor a utilizar a base textual do LL, com mais de 200 milhões de ocorrências (quase o dobro daquele), terá como parâmetro de alta freqüência o índice de duas mil ocorrências. Por conseguinte, será considerada freqüente a acepção de um verbo com complemento obrigatoriamente preposicionado que ocorra, no mínimo, mil vezes, ou seja, que atinja um índice médio de freqüência.

Dentre os verbos selecionados, poderão contar usos preposicionados de verbos também empregados como intransitivos (como *falar, sonhar*), verbos com complementos circunstanciais (*morrer de rir*), verbos que oscilam com freqüência quanto à obrigatoriedade da preposição (como *agradar, obedecer, visar*) e verbos que necessariamente exigem a preposição para que elementos indispensáveis completem semanticamente sua valência verbal (*ansiar, cuidar*). Os casos de verbos transitivos indiretos que omitem o objeto obrigatório no nível lexical ou sintático serão normalmente incluídos sem receberem nenhuma classificação à parte, pois a necessidade de complemento persiste no nível conceitual (*conversar, gostar*).

A seleção da nomenclatura do dicionário compreende duas etapas:

1^{a.}) serão levantados os verbos, cujos complementos sejam preposicionados, que constam no *Dicionário Houaiss de verbos da língua portuguesa* (RODRIGUES, 2003), no *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (BORBA, 1991) e no *Dicionário de Usos do Português* (BORBA, 2002). Em seguida, todo verbo que constar, obrigatoriamente, em Rodrigues (2003) e em pelo menos um dos outros dois dicionários restantes deverá constituir o nosso repertório de formas verbais (RFV);

2^{a.}) os verbos de frequência duvidosa deverão ser confirmados na base textual do LL mencionada anteriormente, segundo a metodologia empregada na Lingüística de *Corpus* (BERBER SARDINHA, 2004).

Em seguida, dar-se-á início à organização microestrutural do dicionário, para a qual deveremos observar quais são as preposições exigidas pelos verbos do RFV e qual o sentido expresso em cada construção indireta, por meio de verbos sinônimos, entre parêntesis, que servem para elucidar o verbo apenas do ponto de vista semântico, sem levar em conta o seu comportamento sintático. Nesta fase do trabalho, as fontes de pesquisa serão as mesmas indicadas na 1^{a.} etapa da seleção da nomenclatura. A mesma metodologia deverá ser empregada para a elaboração dos exemplos em língua portuguesa, que serão adaptados com base nos exemplos (ilustrações ou abonações) constantes nos dicionários acima mencionados como fonte de pesquisa. Em caso de divergências entre eles, recorrer-se-á a outros dicionários da língua portuguesa.

2.1. Proposta de verbete-modelo monolíngüe

A partir das considerações anteriores, podemos esboçar o que virá a ser um verbete semiconcluído em português:

DIZER

1. algo A, PARA alguém (enunciar, declarar; asseverar)

→ Ela sempre diz a verdade **ao (para o)** menino.

2. A, PARA + verbo no infinitivo ou oração¹ (pedir; mandar; avisar; aconselhar)

→ Você disse **ao (para² o)** advogado para não me envolver naquele caso?

→ Ele disse **ao (para o)** advogado que não me envolvesse naquele caso.

3. A, PARA alguém DE, SOBRE algo ou alguém (comentar, falar; informar)

→ O chefe dirá **aos (para os)** auxiliares **de (sobre)** suas mais recentes decisões.

→ O chefe dirá **aos (para os)** auxiliares **do (sobre o)** novo presidente da empresa.

4. COM algo (condizer, combinar)

→ Seu comportamento não diz **com** a educação que recebeu.

→ Esse colar não diz **com** a cor de seu vestido.

5. algo A, PARA alguém (significar)

→ Esse poema já não diz nada **aos (para os)** jovens.

2.2. Proposta de verbete-modelo multilíngüe

Como o objeto de estudo do **Dicionário Multilíngüe de Regência Verbal** se centra no verbo e sua respectiva preposição, cada pesquisador da equipe, especialista em uma das línguas estrangeiras incluídas neste projeto, deverá apresentar um equivalente, no idioma de sua responsabilidade, a cada composição de elementos (verbo + preposição) constante nas acepções dos verbetes em língua portuguesa. Desse modo, em sua versão forma multilíngüe, o verbete-modelo monolíngüe pode ser assim esboçado:

DIZER¹

1. algo **A**, **PARA** alguém² (enunciar, declarar; asseverar)

→ Ela sempre diz a verdade **ao** (**para** o) menino.

A³: *sagen Ø*

E: *decir a*

F: *dire á*

I: *to tell Ø (someone⁵)(something)*

It: *dire a*

J: *~ ni iu*

2. **A**, **PARA** + verbo no infinitivo/oração (pedir; mandar; avisar; aconselhar)

→ Você disse **ao** (**para** o) advogado para não me envolver naquele caso?

→ Ele disse **ao** (**para** o) advogado que não me envolvesse naquele caso.

A: *sagen Ø*

E: *decir a*
(alguen) *que*

F: *dire á (qqn⁶)*
de / que

I: *to tell Ø (someone)*
(to do something)

It: *dire a (qlcu⁷)*
di / che
youni iu

J: (alguém) *ni*
(predicado)

3. **A**, **PARA** alguém **DE**, **SOBRE** algo ou alguém (comentar, falar; informar)

→ O chefe dirá **aos** (**para** os) auxiliares **de** (**sobre**) suas mais recentes decisões.

→ O chefe dirá **aos** (**para** os) auxiliares **do** (**sobre** o) novo presidente da empresa.

A: *berichten Ø - von /*
berichten Ø - von

E: *decir a (alguen)*
de (algo / alguen)
sobre (algo)

F: *parler á (qqn)*
de (qqch)

I: *to tell Ø (someone) about*
(something / someone)

It: *dire a (qlcu)*
di (qlco / qlcu) /
su di (qlcu)

J: (alguém) *ni*
(algo) *ni tsuite iu*

4. **COM** algo (condizer, combinar)

→ Seu comportamento não diz **com** a educação que recebeu.

→ Esse colar não diz **com** a cor de seu vestido.

A: *entsprechen Ø / passen zu*

E: *decir con*

F: *s'accorder avec*

I: *to reflect Ø / to match Ø*

It: *addirsi a /*
entrarci

J: *~ to au (ou*
con awanai
[negação de au])

5. algo **A**, **PARA** alguém (importar; interessar)

→ Esse poema já não diz nada **aos** (**para** os) jovens.

A: *sagen Ø*

E: *decir a*

F: *dire á*

I: *to mean to (something)*
to (someone)

It: *dire a*

J: (alguém) *ni*
imiga aru

3. Considerações finais

Com a elaboração deste dicionário multilíngüe de regência verbal na direção português-línguas estrangeiras se almeja atender, ao menos em parte, às necessidades dos consulentes que recorrem a um dicionário especial para alcançar uma melhor compreensão e utilização das diversas acepções e usos de um verbo preposicionado, pois a identificação apropriada da preposição certamente evitará traduções ou produções de texto equivocadas.

Ainda que esta pesquisa consista numa primeira tentativa de organização do tema proposto, acreditamos que poderá representar uma contribuição significativa para a produção lexicográfica nacional, ainda bastante restrita em matéria de dicionários especiais bilíngües ou multilíngües, e estimular o surgimento de outros trabalhos sobre o assunto.

Até o presente momento, trabalhamos com a nomenclatura das letras A, B e C para as quais estão sendo introduzidos os equivalentes nas seis línguas estrangeiras.

Notas

1. Caso seja possível mais de um tipo de complemento, a acepção será ilustrada com mais de um exemplo.
2. Note-se que com o uso da preposição “para” na primeira oração, não é necessário o seu emprego na segunda: “Você disse **para** o advogado não me envolver naquele caso?”
3. A entrada verbal não será traduzida, uma vez que poderá adquirir equivalências diferentes em cada uma das acepções constantes da microestrutura do verbete.

Dessa forma, para cada uma das suas diferentes acepções, “dizer” contemplará o seu equivalente nas línguas estrangeiras em questão.

4. Os indefinidos *algo* / *alguém* serão incluídos nas equivalências apenas quando a estrutura sintática da língua estrangeira em questão diferir da portuguesa.

5. Nessa ordem: (A) alemão, (E) espanhol, (F) francês, (I) inglês, (It) italiano e (J) japonês.

6. O signo Ø indica que o verbo não exige preposição.

7. *Someone* = “alguém” e *Something* = “alguma coisa, qualquer coisa, algo” em inglês.

8. *Qqn* = “alguém” e *Qqch* = “alguma coisa, qualquer coisa, algo” em francês.

9. *Qlcu* = “alguém” e *Qlco* = “alguma coisa, qualquer coisa, algo” em italiano.

Bibliografia

BEDOGNI, U; ARDOLINO, F. *Dizionario dell'uso dei verbi italiani*. Perugia: Guerra Edizioni, 2004.

BÉJOINT, H. *Modern Lexicography: an introduction*. New York: Oxford, 2000. 276 p.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.

BORBA, F. S. (Coord.). *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002. 1674 p.

BORBA, F. S. (Coord.). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. 1373 p.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à Lexicografia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. 356 p.

FERNANDES, F. *Dicionário de verbos e regimes*. 38ª ed. São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio eletrônico Século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

HAENSCH, G. Misèria i esplendor dels diccionaris. In: CABRÉ, M. T. (Org.). *Cicle de conferències 94-95. Lèxic, corpus e diccionaris*. Barcelona: IULA, 1996, p. 35-46.

HOUAISS, A. (Ed.) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

LEMMENS, M. La grammaire dans les dictionnaires bilingues. In: BÉJOINT, H., THOIRON, P. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996. p. 71-102.

LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996. 544p.

PERINI, M. A.; FULGÊNCIO, L. Notas sobre a transitividade verbal. In: KIRST, M. H. B.; CLEMENTE, E. *Linguística Aplicada ao ensino de português*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 63-82.

RODRIGUES, V. C. *Dicionário Houaiss de Verbos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, 379 p.

SAID ALI, M. Verbos transitivos e intransitivos. *Idioma*, Rio de Janeiro, n.20, ano XVII, p. 71-83, 1998.

SCHMITZ, J. R. A problemática dos dicionários bilingües. In: OLIVEIRA, A. M. P. P., ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001, p. 161-70.

VILELA, M. *Léxico e gramática*. Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática. Coimbra: Almedina, 1995. 287 p.

ZAVAGLIA, A.; ZAVAGLIA, C. A apresentação de dois verbetes bilingües valenciais para o verbo falar: português-italiano e português-francês. *Estudos Lexicais – Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, n. 4, série III, p. 11-18, 2000.